

CORREIO

ECONÔMICO

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



Brasil aposta em diversificar mercados para contornar restrições

Tarifaço de 25% dos EUA sobre o Brasil começa a valer

Começou a vigorar nesta quarta-feira (22) a tarifa adicional de 25% aplicada pelo governo de Donald Trump sobre produtos brasileiros. O tarifaço atinge 19% das exportações do Brasil para os Estados Unidos.

A estimativa do valor total das exportações afetadas varia entre US\$ 7,2 bilhões e US\$ 11 bilhões, segundo cálculos da Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e da Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Armcham Brasil).

Entre os 2,3 mil produtos afetados pela medida, a maioria integra os setores de eletroeletrônicos; máquinas e equipamentos; autopeças e calçados. Praticamente, 700 produtos estão isentos da tarifa, número superior aos 615 previstos durante as negociações.

SP e SC são os estados mais afetados

Os estados de São Paulo (SP) e Santa Catarina (SC) concentram 52% do impacto do tarifaço dos EUA, com o estado economicamente mais forte do país concentrando, sozinho, 41,6% do total do valor das exportações afetadas. Santa Catarina, porém, tem situação mais crítica, com 68% das exportações aos EUA atingidas pela medida da Casa Branca, segundo dados da Apex-Brasil. O tarifaço adotado pelo governo Trump baseou-se em um processo conduzido pelo Escritório do Representante Comercial dos EUA.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Santa Catarina, porém, tem situação mais crítica

Reciprocidade não é retaliação, diz Alckmin

A Lei da Reciprocidade não deve ser interpretada como uma medida de retaliação aos Estados Unidos, mas como um instrumento para corrigir uma situação considerada injusta pelo governo brasileiro, disse nesta terça-feira (21) o vice-presidente Geraldo Alckmin.

“A ideia não é retaliação. Diz que olho por olho pode acontecer de os dois ficarem cegos. A reciprocidade é: nós estamos sendo injustiçados e queremos corrigir isso”, afirmou o vice-presidente Alckmin.

Eventuais retaliações preocupam empresários

Ele e o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, concederam uma entrevista após reunião com empresários dos setores afetados pelo novo tarifaço. Nos últimos dias, diversas associações de empresários manifestaram preocupação com eventuais retaliações. O vice-presidente ressaltou que a Lei de Reciprocidade foi aprovada por unanimidade no Congresso no ano passado.

Brasil é referência I

O governo brasileiro trabalha com a expectativa de uma nova sobretaxa de 12,5%, com a justificativa de que o Brasil, na visão dos EUA, não impede a importação de produtos vindos de países que adotam o trabalho forçado. No entanto, especialistas discordam da avaliação americana e vão além: o Brasil é referência no combate ao trabalho forçado.

Brasil é referência II

A provável nova taxaço é fundamentada em um relatório do Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos que investiga 59 países e a União Europeia. O escritório norte-americano aponta que essas economias “falham em impor uma proibição de importação de bens produzidos com trabalho forçado”.

Efeito sobre o etanol I

A tarifa adicional de 25% anunciada pelos Estados Unidos sobre o etanol brasileiro deve provocar impactos pontuais sobre empresas exportadoras. Especialistas ouvidos avaliam que a medida tem forte componente político e ocorre em um momento quando os EUA respondem por menos de 16% do volume de etanol exportado pelo país.

Efeito sobre o etanol II

A maior parte das vendas externas é, portanto, destinada a outros compradores internacionais, embora os EUA sejam atualmente o segundo principal destino do etanol brasileiro. Na avaliação do especialista em economia e comércio internacional, são pequenas as chances de essa tendência de tarifação ser revertida.

Projeção de alta do PIB I

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) manteve em 2% a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país para 2026. De acordo com o Informe Conjuntural do 2º Trimestre, divulgado nesta quarta-feira (22), a resiliência do setor de serviços e perspectivas mais positivas para a agropecuária e a indústria.

Projeção de alta do PIB II

Por outro lado, juros altos e o aumento das importações devem prejudicar o setor produtivo e limitar o desempenho. “O cenário econômico de 2026 é marcado pelo crescimento moderado, sustentado principalmente pelos setores ligados às commodities e por estímulos à demanda”, aponta Mario Sergio Telles, diretor de Economia da CNI.



O programa também pretende beneficiar empresas afetadas por conflitos

Pacote de R\$ 18,5 bi a empresas afetadas por tarifaço

Plano Brasil Soberano 3 amplia crédito e inclui novos setores

Da **Redação**

No dia da entrada em vigor do novo tarifaço dos Estados Unidos, o governo federal anunciou um novo pacote de apoio às empresas brasileiras. Batizada de Plano Brasil Soberano 3, a iniciativa prevê R\$ 18,5 bilhões em linhas de crédito com juros subsidiados para exportadores e setores considerados estratégicos para a economia nacional.

O programa também pretende beneficiar empresas afetadas por conflitos internacionais. O anúncio coincide com a entrada em vigor da tarifa adicional de 25% aplicada pelo governo dos Estados Unidos sobre parte dos produtos brasileiros exportados ao mercado norte-americano.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), a medida deve atingir cerca de 15% da pauta exportadora brasileira para os Estados Unidos, o equivalente a US\$ 5,8 bilhões em exportações.

No total, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou uma medida provisória (MP) e um projeto de lei de conversão. A nova MP permitirá a ampliação do Plano Brasil Soberano, ao autorizar o uso de recursos do Tesouro Nacio-

nal em conjunto com recursos próprios do BNDES para financiar as novas linhas de crédito.

Também nesta quarta, Lula sancionou o Projeto de Lei de Conversão nº 7, originado da Medida Provisória 1.345, de março deste ano, que instituiu as linhas de financiamento do Plano Brasil Soberano.

O Congresso ampliou o escopo do texto para contemplar, além dos exportadores de bens industriais e seus fornecedores, setores considerados estratégicos para o comércio exterior brasileiro.

Dos R\$ 18,5 bilhões anunciados, os recursos serão divididos entre o Tesouro Nacional e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

R\$ 13,5 bilhões do Tesouro Nacional
R\$ 5 bilhões do BNDES

AS LINHAS PODERÃO SER UTILIZADAS PARA:

- capital de giro;
- aquisição de máquinas e equipamentos;
- investimentos produtivos;
- inovação tecnológica;
- adaptação de produtos e processos;
- abertura e prospecção de novos mercados.